

97



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0004359-57.2014.8.17.0000 (0333918-4)**

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL**

**AGRAVANTE: JOSÉ ALVES DA SILVA JÚNIOR**

**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

EMENTA: EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. PLEITO DE RESTABELECIMENTO DO REGIME SEMIABERTO DE CUMPRIMENTO DA PENA. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. RECURSO MAL INSTRUÍDO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS À FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. ART. 587 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É ônus da parte recorrente instruir o agravo com as peças obrigatórias e necessárias para a apreciação do pedido, bem como indicar as peças que comporão o instrumento e fiscalizar-lhe a correta formação, sob pena de não conhecimento do recurso.
2. Compulsando os autos, não resta encartada cópia de peças necessárias acerca dos fatos processuais que o agravante pretende se insurgir por meio do recurso, implicando, por via reflexa, sua irregularidade formal.

98



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo em Execução nº 0004359-57.2014.8.17.0000 (0333918-4) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso interposto, por ausência de requisito de admissibilidade recursal, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1º de Julho de 2014 .

  
**DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Presidente/Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0004359-57.2014.8.17.0000 (0333918-4)**

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL**

**AGRAVANTE: JOSÉ ALVES DA SILVA JÚNIOR**

**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo em execução interposto por **José Alves da Silva Júnior** contra decisão prolatada pelo Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Recife, que indeferiu o pedido de restabelecimento de regime, sob a alegação de que o agravante não preencheu o lapso temporal necessário, devido à prática de falta grave de fuga.

Em síntese, o recorrente requer, preliminarmente, que seja copiado todo o processo n.º 2005.0184.0393, para a formação do instrumento, por ser imprescindível. No mérito, pugna pelo restabelecimento do regime semiaberto, que estava cumprindo na Penitenciária Agroindustrial São João – Itamaracá/PE, antes de ter regredido ao regime fechado. Bem assim, pleiteia que seja declarada a prescrição da apuração da suposta falta que motivou a regressão de regime, em razão de não ter sido apurada dentro do lapso temporal que determina a jurisprudência dos tribunais, bem como por não ter sido oportunizado ao agravante o direito à ampla defesa (fls. 22/32).

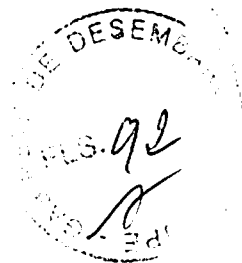
O representante do Ministério Público, em sede de contrarrazões (fls. 34/35), pugna pela manutenção do *decisum*, por ausência de requisito legal para a obtenção do pleito.

Na oportunidade do juízo de retratação, o magistrado manteve integralmente a decisão recorrida (fls. 36/37).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---



A Procuradoria de Justiça, em parecer (fls. 87/88), opinou pelo não conhecimento do agravo, em razão da deficiente instrumentalização.

É O RELATÓRIO.

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 06 de junho de 2014.

  
Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0004359-57.2014.8.17.0000 (0333918-4)

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL

AGRAVANTE: JOSÉ ALVES DA SILVA JÚNIOR

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Conforme relatado, trata-se de agravo em execução interposto por **José Alves da Silva Júnior** contra decisão prolatada pelo Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Recife, que indeferiu o pedido de restabelecimento de regime, sob a alegação de que o agravante não preencheu o lapso temporal necessário, devido à prática de falta grave de fuga.

Em síntese, o recorrente requer, preliminarmente, que seja copiado todo o processo n.º 2005.0184.0393, para a formação do instrumento, por ser imprescindível. No mérito, pugna pelo restabelecimento do regime semiaberto, que estava cumprindo na Penitenciária Agroindustrial São João – Itamaracá/PE, antes de ter regredido ao regime fechado. Bem assim, pleiteia que seja declarada a prescrição da apuração da suposta falta que motivou a regressão de regime, em razão de não ter sido apurada dentro do lapso temporal que determina a jurisprudência dos tribunais, bem como por não ter sido oportunizado ao agravante o direito à ampla defesa.

Como cediço, o recurso de agravo segue as regras concernentes ao recurso em sentido estrito (art. 587 do Código de Processo Penal), devendo ser acostadas aos autos as peças necessárias e facultativas à demonstração do cabimento, bem como do acerto ou desacerto da decisão recorrida.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

O recurso em apreço, todavia, não merece ser conhecido, porquanto deficiente sua formação.

Com efeito, compulsando os autos, não resta encartada cópia de peças necessárias acerca dos fatos processuais que o agravante pretende se insurgir através deste recurso, implicando, por via reflexa, sua irregularidade formal.

Como bem destacou o *Parquet* em sede de Parecer, *"No caso sob exame, penso não ser possível se averiguar a veracidade das alegações esposadas pelo agravante, porquanto não se tem como afirmar se foi instaurado ou não o procedimento administrativo de apuração da falta grave, no prazo ou não dos dois anos, bem como se, em tendo sido instaurado o procedimento, foi ou não oportunizada a ampla defesa ao apenado, haja vista que não foi junto com a peça inicial do agravo nem certidão nem outro documento que comprove a veracidade dos argumentos esposados no inconformismo"*.

Por sua vez, é ônus da parte recorrente instruir o agravo com as peças obrigatórias e necessárias para a apreciação do pedido, sob pena de não conhecimento do recurso. Ademais, além de proceder à indicação das referidas peças – o que servirá de subsídio ao serventuário, que apenas executará a formação do instrumento (art. 587, p. ú., do CPP) – incumbe ao agravante conferir se o instrumento foi adequadamente formado.

No caso em tela, o recorrente – em que pese ter solicitado a cópia integral do processo judicial de execução penal para fins de traslado – não efetuou a devida conferência, inviabilizando, assim, a apreciação do recurso, pois ausentes peças essenciais à compreensão da controvérsia.

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. CONSEQUÊNCIAS. RECURSO MAL INSTRUÍDO. PEÇAS ESSENCIAIS. DECISÃO MONOCRÁTICA. Na dicção do art. 587 do CPP, aplicado analogicamente ao agravo em execução, quando o recurso houver de subir por instrumento, deve sempre constar do traslado, a decisão recorrida, como peça imprescindível ao exame da inconformidade, a certidão da intimação do recorrente,

108



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

se por outra forma não for possível verificar-se a oportunidade do recurso, e o termo de interposição. Cumpre ao agravante indicar as peças que comporão o instrumento e fiscalizar-lhe a correta formação. Hipótese na qual o recorrente deixou de juntar a cópia da certidão de intimação ou mesmo de indicá-la a traslado, a demonstrar a tempestividade do recurso. Ausência que não pode ser suprida, com a intimação do insurgente, porquanto a ele impunha providenciar a correta instrução do feito. Recurso deficientemente instruído. AGRAVO NÃO CONHECIDO, POR MAL INSTRUÍDO - art. 169, XI do RITJRS." (TJRS, Agravo n. 70052309572, 8ª Câmara Criminal, Rel. Fabianne Breton Baisch, Julgado em 16/01/2013)

Diante do exposto, voto no sentido de **não conhecer** do agravo em execução, por ausência de requisito de admissibilidade recursal.

Recife, 1º de julho de 2014

  
Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator